

2.7. TEORIA COGNITIVO-EVOLUTIVA DE PIAGET

Embora Piaget se tenha centrado essencialmente no desenvolvimento intelectual, não excluiu o desenvolvimento afectivo e moral até porque "o afecto motiva as operações do conhecimento e o conhecimento estrutura as operações do afecto" (HERSH e outros, 1988: 40) e a razão moral é "o resultado do desenvolvimento cognitivo e das relações interpessoais que constituem a vida colectiva" (ROVIRA e MARTIN, 1989: 75).

A interacção é um conceito chave desta teoria. Através dela o indivíduo conseguirá encadear evolutivamente dois tipos de moral: da moralidade heterónoma alcançará a moralidade autónoma.

Nos primeiros anos de vida, ultrapassada a fase pré-moral, o egocentrismo é a tónica. Facilita a coerção e esta, por sua vez, potencia o próprio egocentrismo. Com efeito, o indivíduo tende a confundir os seus desejos com os dos demais e faz suas todas as indicações e normas externas, o que facilita a aceitação como suas das opiniões e ordens dos outros. Por outro lado, o externo impõe-se sem que encontre qualquer obstáculo, sem passar por nenhum crivo crítico, porque não se distingue do interno. Associado à coerção e ao egocentrismo surge o respeito unilateral.

Segundo Piaget, na adolescência, em função das relações com os adultos e com os pares, passar-se-á progressivamente a uma outra moralidade alicerçada em relações interpessoais onde impera a igualdade, a reciprocidade e a cooperação. Desembocará necessariamente no respeito mútuo.

"O respeito mútuo surge em íntima conexão com a superação do egocentrismo e o aparecimento de condutas cooperativas e autónomas." (ROVIRA e MARTIN, o. cit.: 77)

No desenvolvimento moral, tal como no cognitivo, a passagem de uma situação (moralidade) a outra não ocorre repentinamente. A transição é gradual e processa-se a um ritmo irregular, verificando-se a manifestação do nível superior em algumas situações e áreas e não noutras. Esta expansão progressiva foi designada por Piaget de "décalage".

	MORALIDADE HETERÓNOMA	MORALIDADE AUTÓNOMA
CARACTERÍSTICAS	Coerção: moral da autoridade, do dever e da obediência a regras fixas e determinadas externamente, às quais se dá um valor absoluto.	Cooperação: relações recíprocas entre pares, baseadas no respeito mútuo e na justiça. A regra é o resultado de uma decisão livre e digna de respeito dado ter o consentimento mútuo.
JUÍZO MORAL	Realismo moral: as acções surgem em função dos resultados materiais ou objectivos independentemente das intenções, motivos ou circunstâncias do sujeito (responsabilidade objectiva)	Juízo moral baseado na intenção ou motivo (responsabilidade subjectiva). A autoridade ou obediência não é critério de moralidade.
NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO	Egocentrismo: conduz a não diferenciar o subjectivo do objectivo. Não adopta a perspectiva dos outros, nem distingue o físico do social.	Perspectivismo: diferencia o subjectivo do objectivo; Adopta a perspectiva dos outros, distingue o físico do social.
TIPOS DE RELAÇÕES SOCIAIS	Coerção: devido à relativa imaturidade cognitiva e ao modo de relacionar-se com os adultos, as relações destes com as crianças são de coerção/pressão.	Cooperação: Relações com os iguais (grupos de amigos), ausência de coerção.

Quadro 9 - A moralidade segundo Piaget (adaptado de BOLÍVAR, 1992: 134)

Piaget baseou os seus estudos em investigações sobre:

- as regras dos jogos infantis espontâneos;
- as regras morais de origem adulta;
- a noção de justiça (neste campo constatou o deslizamento da noção de "justiça como obediência" para a de "justiça como equidade" (5), passando pela de "justiça como igualdade").

Da teoria Piagetiana surge a necessidade de o educador facilitar a passagem da moralidade heterónoma para a autónoma, o que segundo ROVIRA e MARTIN (o. cit.) levaria a que a intervenção pedagógica se pautasse pelos seguintes princípios:

- potenciar o desenvolvimento intelectual como condição *sine qua non* do desenvolvimento moral;
- colocar os alunos em situações de experimentação de uma vida social activa e cooperativa, para poderem reconstruir e redescobrir os valores morais. Tal implicaria:

- * potenciar nos alunos atitudes de iniciativa, curiosidade e espírito crítico e fomentar o pensamento divergente;
 - * privilegiar a actividade, não impor aquilo que o jovem pode conseguir por si mesmo;
 - * criar um ambiente adequado em que os alunos possam realizar experiências sociomorais.
- ajudar os alunos a descobrirem as normas convenientes;

- estar aberto a aceitar valores e normas elaborados pelos alunos e hipoteticamente não coincidentes com os seus princípios.

- favorecer a participação activa de todos os alunos em grupos de pares, pois a relação entre iguais facilita a adopção da perspectiva do outro, a coordenação, o confronto.

2.8. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO MORAL DE KOHLBERG

Embora Kohlberg se situe na mesma linha investigativa de Piaget, existem diferenças entre as duas teorias:

- Piaget só definiu etapas (moralidade heterónoma e moralidade autónoma), enquanto que Kohlberg chegou à diferenciação de seis estádios;

- Piaget considerava que o desenvolvimento moral se atingia pelos 12 anos, enquanto que Kohlberg admite que, na melhor das hipóteses, ocorrerá depois dos 20 anos;

- Piaget dizia que o juízo era a tomada de consciência que sucedia à acção moral; Kohlberg pensa que é o juízo moral que dá sentido à acção moral.

O trabalho de Kohlberg focaliza o raciocínio utilizado a propósito de temas morais e não propriamente a conduta moral nem os valores a adquirir. Descorar este último aspecto prende-se com o facto de, segundo este autor, quaisquer que sejam os valores que pautem a nossa existência termos sempre momentos na nossa vida em que o conflito de valores é inevitável. Interessará, portanto, estudar como qualquer